

# Editorial

---

Chegamos ao segundo trimestre de 2021 com mais um número da Revista do Serviço Público. Neste número temos sete artigos que tocam em temas bastante atuais e essenciais para a administração pública.

No primeiro deles, *Teletrabalho, produção e gasto público: o que aprendemos com a covid-19?*, os autores investigam os impactos iniciais do teletrabalho em um órgão público estadual: a Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo. Analisando as despesas do órgão, encontram-se evidências de ganhos de produtividade e queda de custos.

O teletrabalho também é tema do segundo artigo, *Gestão de pessoas e o teletrabalho: desafios e possibilidades*. Nele, as autoras analisam três instituições públicas do Estado de Santa Catarina para investigar a diversidade de perspectivas em torno dos problemas de gestão pública associadas com a implementação do teletrabalho e observam aspectos homogêneos e heterogêneos nos casos analisados.

O artigo *Auditoria de obras públicas e Lei de Benford: o caso do Expresso DF Sul no Distrito Federal* lança luz à importante temática de como a ciência pode auxiliar em processos de auditoria. Por meio de algoritmo desenvolvido por um dos autores, o método é aplicado a um caso já auditado. Vale a pena investir neste tipo de abordagem? Nas palavras dos autores: “a nova metodologia revelou 73,40% do superfaturamento apontado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal auditando-se apenas 38,17% do valor total da obra”.

O quarto artigo, *Receitas “perdidas” e seus efeitos sobre o resultado financeiro da seguridade social no Brasil*, discute a importância de se considerar desonerações e desvinculações tributárias (DRU) no resultado financeiro da seguridade e previdência social, no período de 2006 a 2016. Em seus resultados, os autores chamam a atenção para a importância de se refletir sobre o impacto destas desonerações sobre a Previdência.

Em seu quinto artigo, *Voluntary disclosure in legislatures of Brazilian local governments*, os autores analisam o problema da divulgação de informações pelo poder legislativo local. Por meio da construção de um indicador (*Municipal Legislative Branch Voluntary Disclosure Benchmark (MLBVDB)*), em que os maiores valores indicam maior *disclosure* voluntário de informações, encontra-se que, em média, o Sudeste apresenta o melhor resultado (7,00), seguido do Sul (6,17), Centro-oeste (4,83), Nordeste (4,11) e Norte (3,07).

Em *Gestão do conhecimento nas organizações públicas brasileiras: revisão e bibliometria de obras no período de 2008 a 2017*, os autores analisam um *corpus* de vinte e três artigos sobre gestão do conhecimento nas organizações públicas. Seu diagnóstico é que, como disciplina científica, a área ainda se encontra em estágio de desenvolvimento. Em seu mapeamento, verifica-se que as organizações públicas brasileiras usam diversos métodos, a saber, o método OKA, o modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira, o modelo de excelência em gestão pública e o de inovação e inteligência governamental.

No último artigo, *Metodologias ágeis no contexto da administração pública: análise de estudos de caso de implementação ágil*, os autores analisam alguns estudos que envolvem a implementação da metodologia ágil na administração pública brasileira. Encontra-se que o maior impacto da utilização das metodologias ágeis na administração pública está na mudança da cultura organizacional e na forma de trabalhar.

Desejamos a todos uma excelente leitura e nos vemos no próximo número da Revista do Serviço Público.

**Diana Coutinho**

Editora-Chefe

**Claudio D. Shikida**

Editor-Adjunto